



Telemedicina, a Solução para o Futuro

Os dispositivos médicos e soluções tecnológicas na área da saúde têm a capacidade de melhorar a vida das pessoas, antecipar situações de risco e podem resolver problemas relacionados com a distância ou o isolamento.

Esta é a solução de futuro para lidar com uma população mundial em crescimento mas também com uma população europeia em rápido envelhecimento. As questões relativas à saúde são sempre das mais pertinentes nas políticas públicas de desenvolvimento e de bem-estar de qualquer país. Por isso é natural questionarm-nos se existe igualdade de distribuição geográfica dos serviços de saúde, se há recursos suficientes para chegar a todos os cidadãos.

Os sistemas de telemonitorização e telemedicina ao serviço dos cuidados de proximidade são a solução para apoiar pacientes isolados e minimizar as adversidades que derivam da limitação de meios e de recursos na saúde, em várias regiões de Portugal e da Europa. São também soluções mais confortáveis para os pacientes do que eventuais internamentos hospitalares.

Em 2013, Portugal deu enquadramento legal à telemedicina mediante um despacho que recomendava que “os serviços e estabelecimentos do SNS devem promover e garantir o fornecimento de serviços de Telemedicina aos utentes”. Atualmente, já existem inúmeros exemplos de histórias de sucesso entre pacientes e profissionais de saúde que recorrem à telemedicina para eliminar problemas como a distância ou a impossibilidade de deslocação e ainda assim ser prestado um tratamento de qualidade.

Mais massificado está o download de aplicações para smartphones relacionadas com o controlo da saúde e do bem-estar.

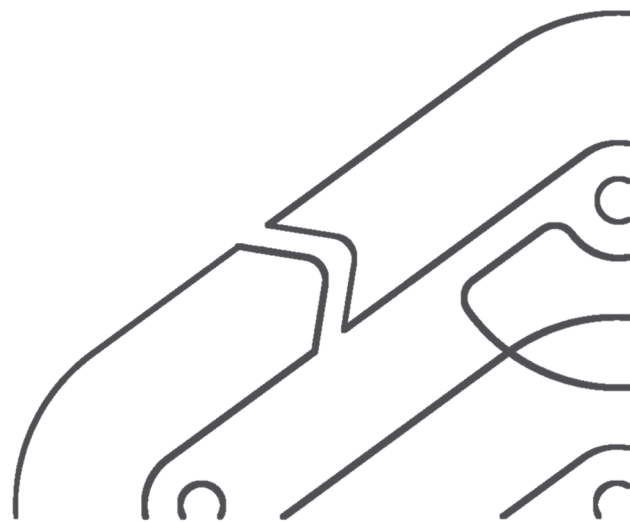
Este tipo soluções de saúde refere-se ao uso de tecnologias de informação e comunicação incluindo dispositivos, objetos e aplicações que são colocados ao serviço dos utentes quer de forma preventiva, detetando sinais de risco, quer de tratamento, para maior comodidade e utilidade para o paciente. Isto resulta na poupança de milhões de euros em exames desnecessários, em períodos mais curtos de internamento e em tratamentos dispendiosos.

Apesar das vantagens identificadas, a área da saúde em linha (eHealth) ainda está longe de ter atingido o seu grande potencial para melhorar a saúde e aumentar a eficiência do tratamento, e colher os benefícios económicos decorrentes da aposta na área.

O conhecimento e o investimento na saúde eletrónica podem ajudar à massificação destas tecnologias que facilitam a vida de quem convive com uma doença mas que não tem necessariamente de perder a sua independência.

Por exemplo, uma empresa alemã, a Medisana, criou um utensílio que permite às pessoas medirem os níveis de glucose no sangue e gerirem melhor a diabetes, esse aparelho é posteriormente conectado ao smartphone ou ao computador para onde transmite os valores detetados, calcula as médias obtidas através dos resultados individuais dos testes e emite alertas sonoros para lembrar o paciente de fazer o teste e de se alimentar.

Outro exemplo, a mala do paciente é um dispositivo desenvolvido por uma empresa dinamarquesa Medisat que permite mais autonomia e passar menos tempo no hospital às vítimas de doença pulmonar obstrutiva crónica, possibilitando que os pacientes mais idosos possam fazer parte do tratamento em





casa. A mala de tratamento é na verdade um pequeno computador onde o paciente pressiona um botão e é imediatamente conectado, por videoconferência, com os serviços de saúde e atendido por um médico ou enfermeiro do hospital de referência. Depois de concluído o tratamento, a empresa recolhe o equipamento.

A Comissão Europeia prevê que com o envelhecimento da população europeia, os custos com os cuidados de saúde vão representar 9% do PIB comunitário em 2050. E, dez anos mais tarde, o rácio entre as pessoas ativas e as inativas, que atualmente é de 4 para 1, vai descer para um rácio de duas pessoas a trabalhar por cada uma inativa, com os encargos galopantes em saúde, pensões e assistência social. Isto porque o quadro para 2060 é o de que um em cada três europeus tenha mais de 65 anos.

Claro que o objetivo, não só da Comissão Europeia, mas da sociedade em geral é o de avançar para um cenário mais centrado no paciente e na antecipação e prevenção de possíveis doenças.

As tecnologias da informação e comunicação são o aliado mais poderoso para manter controlado o rácio do custo benefício dos serviços de saúde, mantendo, ao mesmo tempo, o nível de qualidade. Isto porque estas tecnologias fornecem ferramentas de telemetria e telemedicina melhores e mais baratas, acessíveis a todos os pacientes de todas as faixas etárias que substituem em parte cuidados a pacientes que não carecem na verdade da presença física de profissionais de saúde.

Os fundos europeus e estruturais e de investimento contemplam o apoio ao desenvolvimento da telemedicina, e da inovação de forma geral, no setor de saúde, dentro do quadro da Agenda Digital. A introdução recente da receita eletrónica no Sistema Nacional de Saúde português, que encaminha a prescrição diretamente para a farmácia, para evitar erros e demoras, é uma medida derivada do plano de ação comunitário para a Saúde em linha (eHealth) para o período de 2004 a 2011. Existe já uma nova estratégia (2012 - 2020), que em seguimento da anterior, vai colocar a ênfase nos direitos das pacientes para além fronteiras. Os dados recolhidos no cartão do cidadão usado para emitir a receita eletrónica serão guardados e colocados em rede ao nível da UE. Isso vai permitir, por exemplo, que um cidadão português que esteja de férias em Itália e precise de um medicamento específico mas que naquele país não exista, ao fornecer o cartão, o técnico de farmácia daquele país aceda aos registos e possa recomendar o medicamento equivalente.

A interoperabilidade dos sistemas de saúde em linha vai ser mais uma comodidade proporcionada pelo sistema comunitário que facilita a vida dos cidadãos europeus. Claro, que a partilha de dados necessária à interconexão dos sistemas de saúde levanta questões sobre a proteção dos mesmos, de resto, como noutros setores onde existe partilha de dados pessoais. Por isso, junto com a o plano de ação mais recente, a Comissão criou um documento de trabalho sobre a aplicação da legislação comunitária existente aos serviços de telemedicina para ajudar os países membros a gerir os aspetos legais relativos à proteção de dados, privacidade e reembolsos.

De resto, a saúde em geral, mas a telemedicina em particular, apresenta-se como uma das áreas mais promissoras de investimento, no futuro próximo, em todos os países ocidentais.

